



WCM

World Citizen Magazine



Análise Política da Agenda Liberal nas Relações Internacionais

Humberto Eustáquio César Mota Filho

RESUMO: No presente artigo procura-se apresentar uma das matrizes teóricas básicas para o estudo das relações internacionais, com base numa breve resenha da literatura teórica clássica do liberalismo e dos teóricos liberais das relações internacionais do século XX, a fim de identificar os debates travados no interior dessa corrente teórica das relações internacionais e apontar alguns temas presentes na agenda liberal ou neoliberal das últimas décadas. A partir da análise política de alguns dos temas centrais da agenda liberal no âmbito das relações internacionais, serão abordados, em linhas gerais, a utilidade e as limitações de algumas correntes teóricas do pensamento liberal e a sua capacidade explicativa de certos fenômenos políticos das relações internacionais, tendo como contraponto o pensamento realista das relações internacionais.

PALAVRAS CHAVE: Relações Internacionais, Análise Política, Perspectiva liberal.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present one of the most important theoretical schools of the international relations: the liberal perspective, by revealing some of the landmarks of the liberal literature, especially in the twentieth century, and by mapping some of the academic debates in the last decades. We provide a political analysis of some main issues of the liberal agenda in the international relations by questioning the utility and the limitations of some liberal perspectives and their arguments to support certain political problems. In that sense, we compare some of the specific features of the liberal approach against the realistic approach.

KEYWORDS: International Relations, Political Analysis, Liberal perspective.

RESUMEN: El presente artículo tiene por objeto presentar un marco teórico básico para el estudio de las relaciones internacionales, basado en la literatura teórica del liberalismo clásico y en las relaciones internacionales liberales del siglo XX, a fin de que se identifiquen los debates de esta corriente teórica de relaciones internacionales actuales y señalar algunos temas en la agenda liberal o neoliberal en las últimas décadas. Desde el análisis político de algunos de los temas centrales de la agenda liberal en las relaciones internacionales serán abordadas, en general, la utilidad y las limitaciones de algunas teorías actuales del pensamiento liberal y su poder explicativo de ciertos fenómenos políticos de las relaciones internacionales, siendo el pensamiento realista de las relaciones internacionales un contrapunto.

PALABRAS CLAVE: Relaciones Internacionales, Analysis Política, Escuela liberal.

1. Origens do pensamento liberal nas relações internacionais

O liberalismo representa uma grande corrente do pensamento ocidental pela sua capacidade de teorizar sobre temas fundamentais tais como o papel do indivíduo na sociedade e a racionalidade de suas ações como ser livre, a natureza e os limites do Estado como forma de organização política para a preservação da liberdade individual e econômica e, a questão da legitimidade das instituições de governo, enquanto garantidores dessa mesma liberdade (Locke, 2010). Ao tratar do liberalismo, não é correto falar em uma tradição liberal coerente e unificada, dada a diversidade de autores e matizes desse pensamento, entretanto é possível indicar alguns valores e conceitos centrais que definem uma perspectiva comum para a grande maioria dos pensadores liberais. Nesse sentido, questão central para os liberais pode ser resumida no projeto político de organização de uma sociedade que assegure aos indivíduos as melhores condições para o exercício de sua liberdade e para o seu progresso material. Apesar da natureza humana ser egoísta, sob a ótica liberal, os indivíduos ao buscarem seus próprios interesses num ambiente de livre mercado propiciam as condições para o progresso e o bem estar da sociedade. Dado o diagnóstico do egoísmo da natureza humana, o projeto liberal prescreve a formação da ordem social pela educação, pela reforma das instituições e pelo uso esporádico de métodos coercitivos para remediar os defeitos dessa ordem.

Nas relações internacionais, o debate liberal concentra-se, em linhas gerais, na natureza e no funcionamento do sistema internacional, composto de uma sociedade internacional regulada pelo direito positivo. A construção teórica desse entendimento remonta ao direito das nações, por sua vez assentado no próprio direito natural. Assim tanto a paz como a guerra seriam igualmente reguladas numa ordem internacional e poderiam ser classificadas como justas ou injustas (Grotius, 2004).

A crença no progresso material da sociedade estende-se às relações internacionais. Para os liberais, o comércio internacional é indispensável para um desenvolvimento econômico contínuo e, portanto, para o aumento progressivo da prosperidade das sociedades modernas. Sob a perspectiva liberal, é possível transformar o sistema de Estados em uma ordem mais cooperativa e harmoniosa e por isto mesmo mais pacífica ou com costumes mais amenos (Montesquieu, 1997), por meio de um sistema de livre comércio e instituições que permitam “reproduzir” o projeto normativo e político do Estado liberal para as relações internacionais. De fato, os liberais acreditam que uma determinada ordem política, racional e moral pode ser derivada de princípios abstratos e válidos universalmente e que as trocas comerciais gerariam um padrão de relacionamento propício a substituição da guerra como forma de resolução de conflitos.

Assim, o intercâmbio comercial internacional cumpriria uma função civilizatória nas relações internacionais, estimulando o contato e a tolerância entre culturas diferentes, aumentando as áreas de interesse comum e promovendo a cooperação para garantir a contínua expansão dos mercados mundiais, o que geraria um sentimento moral de comunhão de interesses e valores de toda a humanidade (Kant). As repúblicas seriam mais pacíficas graças a natureza de suas instituições e à observância do estado de direito. Assim, no plano interno, o funcionamento do regime jurídico constitucional dos estados de direito estimularia a crença da própria opinião pública na República e, no plano externo, os estados da ordem internacional adotariam o direito como mecanismo de solução de conflitos em geral (Kant). Nesse sentido, a visão kantiana de paz nas relações internacionais aponta para um fortalecimento do direito internacional, como mecanismo de soluções de conflitos e de expansão da paz na ordem internacional, mas não equivale a um governo central ou a formação de um governo mundial. (Nogueira, 2005).

Numa ordem internacional ditada pelo livre comércio e interdependente financeiramente, as guerras, os conflitos armados e a escalada militar seriam mesmo

contraproducentes e, muitas vezes inócuos ou até mesmo destrutivos dos próprios objetivos dos países beligerantes, dado que num cálculo de custo benefício, os ganhos advindos de uma conquista militar seriam reduzidos pelos prejuízos ao sistema econômico e financeiro internacional gerados pelos conflitos armados. Nesse sentido, as riquezas e o progresso material das nações estariam mais assegurados pela manutenção de uma ordem internacional pacífica ao invés das conquistas territoriais pela força bélica (Angell).

Essa perspectiva otimista sobre as possibilidades de mudanças da política mundial, em prol de uma ordem internacional pacífica foi rotulada por seus críticos realistas como utópica ou idealista (Nogueira, 2005). Para os realistas, o pensamento liberal padece de uma ingenuidade crônica, ao confundir o direito internacional com a política internacional e, assim, os realistas menos otimistas que os liberais, somente projetam relações internacionais parcialmente estabilizadas pelo equilíbrio ou balanço de poder dos Estados hegemônicos, dado que para os realistas as relações internacionais são ontologicamente anárquicas (Morgenthau, 2003).

Na leitura realista da política mundial, a incapacidade da ordem social em seguir os princípios abstratos válidos universalmente reside na obsolescência ou imperfeição das instituições sociais ou na corrupção de indivíduos ou grupos e, principalmente, no caráter anárquico das relações internacionais.

Por outro lado, os realistas consideram que o mundo é imperfeito do ponto de vista racional e resulta do encontro de forças conflitantes inerentes à natureza humana. Desse diagnóstico, para tornar a convivência entre os estados mais produtiva, é necessário trabalhar com essas forças e não contra elas. Assim, como o mundo é formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de realização plena dos princípios morais. No melhor cenário ou hipótese, pode-se buscar, temporariamente, um equilíbrio de interesses e uma solução de conflitos precária (Morgenthau, 2003). Na visão de mundo realista, as relações internacionais se dão num cenário anárquico, onde se trava uma constante luta pelo poder e a política mundial é essencialmente instável. Pela perspectiva realista, os Estados seriam unidades de poder coerentes e os agentes políticos mais importantes desse cenário internacional e haveria uma hierarquia de assuntos na política mundial dominada por questões de segurança militar.

Uma suposta neutralidade científica e maior clareza metodológica dos realistas, estimulou os adeptos desse corrente de pensamento, que apresentou uma grande hegemonia no cenário das relações internacionais, especialmente na segunda parte do século XX, na

compreensão e na capacidade de predição de tendências das questões do mundo bipolar da guerra-fria. Ainda assim, nenhuma corrente de pensamento das relações internacionais, seja realista ou liberal, previu a queda do bloco comunista e o fim do mundo bipolar da forma como ocorreu.

Uma crítica recorrente ao pensamento realista consiste no seu caráter estático e conservador, pelo qual as relações internacionais são uma realidade dada *a priori* a ser observada, tal como nas ciências naturais. Tal visão de mundo tende a congelar as relações internacionais e a congelar a relações de poder de uma forma geral.

Em que pesem o fato das democracias liberais nunca terem declarado guerra entre si, as duas guerras mundiais e as recorrentes crises financeiras do capitalismo em todo o globo representaram duros golpes ao pensamento liberal aplicado às relações internacionais, dado que o projeto político da paz pelo comércio internacional simplesmente não se realizou. A incapacidade da explicação dos conflitos mundiais do século XX pela ótica liberal obrigou um maior esforço analítico e teórico dessa corrente de pensamento, para a compreensão das relações internacionais e determinou mudanças no projeto político da agenda liberal.

2. Algumas vertentes do debate liberal nas relações internacionais no século XX

2.1. Behavioristas e funcionalistas

A nova visão liberal das relações internacionais procura combinar preocupações de natureza normativa com uma vocação científica que busca comprovar empiricamente suas teses. Tais preocupações podem ser atribuídas em parte ao êxito teórico dos seus rivais realistas na descrição do funcionamento da política mundial, com suas categorias analíticas de *estado*, *poder*, *interesse nacional* e *equilíbrio de poder* bem definidas, e a pretensão desses mesmos realistas em reivindicar uma neutralidade científica e uma origem histórica dos seus temas (Morgenthau, 2003).

Dada a perspectiva normativa do pensamento liberal, é preciso responder como o sistema internacional pode ser alterado de forma a se tornar menos conflituoso e mais cooperativo? A resposta, presente na agenda liberal, aponta o livre-comércio, a democracia e as instituições internacionais. Contudo, essa resposta precisou ser atualizada, reformulada e rediscutida para superar as críticas e o ceticismo que se abateu sobre o pensamento liberal clássico nas relações internacionais na segunda parte do século XX.

Nesse contexto, surgiram vertentes do debate liberal que foram consubstanciadas nas correntes behavioristas e funcionalistas e tiveram que reiniciar um debate a partir das perplexidades advindas de um período pós-guerra, quando nem os conceitos de *equilíbrio de poder* ou *balança de poder* dos realistas, nem os princípios e as instituições anteriores à 2ª Guerra Mundial davam conta de explicar ou compreender os eventos ocorridos, muito menos sugerir alternativas para a sua prevenção. Ambas as correntes behavioristas ou funcionalistas não refutam as teses centrais do pensamento liberal, mas ambas se inserem no debate das relações internacionais com o desafio de resgatar o pensamento liberal como uma das teorias dominantes desse cenário.

O desdobramento da perspectiva liberal e do seu plano normativo e a necessidade de rebater as críticas advindas do pensamento realista gerou um plano de análise mais complexo e relacional. Na perspectiva behaviorista ou funcionalista todos os elementos estão dados num sistema, nesse sentido tanto o plano interno quanto o plano externo de relações estatais e as próprias variáveis a serem consideradas estão relacionadas na dinâmica da heterogeneidade de um sistema complexo. Algumas categorias emprestadas da ciência política, como a noção de *influência* como categoria epistemológica central permite que o debate liberal desenvolva uma epistemologia do poder adequada a uma análise complexa do sistema internacional (Dahl, 1988). A lógica da socialização dos Estados ajuda a balizar a lógica das relações internacionais. A dinâmica da heterogeneidade e o próprio reconhecimento da desigualdade de influência política existente num dado sistema traz como nova perspectiva analítica o reconhecimento das assimetrias das relações de poder internacional.

Tal perspectiva difere da análise insular weberiana de causa e efeito ou do custo benefício das ações usada na fundamentação teórica dos realistas (Weber, 1987). Na perspectiva realista, os valores são deduzidos no interior da unidade de poder do Estado e não transbordam para a análise das relações internacionais, a unidade analítica utilizada pelos realistas é o Estado nacional, o qual é avaliado a partir de seus *interesses* e não de *valores*. Portanto, não há um projeto político universalista na agenda dos realistas e as relações internacionais são tomadas num ambiente de anarquia e não num sistema complexo. Como a anarquia é um componente ontológico da política mundial, a agenda realista restringe-se a equilíbrios de poder de forma a gerar uma estabilidade precária entre os vários Estados nacionais. É exatamente essa perspectiva realista que a corrente behaviorista ou funcionalista quer combater, ao apresentar uma visão de

mundo sistêmica e valorativa. A análise de sistemas ambiciona construir uma estrutura teórica mais expansiva, inclusiva e flexível em comparação com uma análise mais objetiva e causal dos realistas.

A partir das novas correntes liberais, são reconhecidos os limites da neutralidade axiomática na análise política, diversamente da ótica realista, as ciências sociais não podem seguir a mesma metodologia das ciências naturais. Os sujeitos e os objetos de poder não são realidades estanques, demarcadas por posições definidas *a priori*. Nesse sentido, na tradição do pensamento político moderno, Weber reconhece os limites da ciência na compreensão da realidade e Foucault destaca as relações de poder como pervasivas e não monolíticas.

O behaviorismo utiliza-se de clivagens que dividem o sistema internacional e espelham a sua complexidade. Assim, uma das preocupações de Merle é como num emaranhado de relações internacionais expressas na figura sociológica da *solidariedade*, os mesmo atores ou Estados da sociedade internacional podem associar-se e/ou afastar-se, em situações ou momentos distintos, a depender da *solidariedade* tratada no caso (Merle, 1981). A aplicação de um modelo, nesses casos complexos de comportamentos, permite que as principais características dos comportamentos presentes na ordem internacional sejam identificados, ainda que o modelo fornecido pelos comportamentos apresentados pelos Estados e demais atores da ordem internacional não seja completamente seguido, respeitado e observado. O simples esforço representado pela elaboração de modelos de comportamento sinaliza a alteração dos termos do debate liberal, para uma vertente mais analítica dos atores presentes na arena política mundial, de modo a sair da armadilha do conceito de anarquia expresso pela corrente realista, que tende a congelar as posições e as relações de poder na esfera internacional em sua análise. A análise aberta do modelo behaviorista de Merle, de relações complexas de poder em rede, também oferece novas ferramentas analíticas num cenário multipolar ou de globalização, o que permite uma leitura da realidade com mais nuances que a leitura realista.

Na perspectiva funcionalista, o centro do debate e as próprias perguntas a serem respondidas são invertidas. O centro do debate não é mais a anarquia das relações internacionais e o reconhecimento das posições de poder com base nos recursos dos Estados nações. As questões funcionalistas partem do pressuposto do reconhecimento de algum tipo de ordem. Nesse sentido, cabe indagar: por que há uma certa ordem nas relações comerciais, entre os Estados? O debate é então estabelecido a partir de elementos de ordem e não de elementos disjuntivos, a fim

de responder a questão funcionalista de fundo: por que existe uma ordem internacional? Segundo a resposta funcionalista, existem elementos funcionais que operam dentro de uma perspectiva sistêmica, ainda que tais elementos não forneçam um grau de previsibilidade dessa ordem, quanto mais conhecido for o sistema, mais conhecida será a ordem internacional. Com efeito, as guerras, em geral, não são a primeira opção dos Estados e as trocas internacionais dos fluxos comerciais seguem uma ordem, mesmo em tempos de guerra.

O funcionalismo representa a tentativa liberal de fundamentar modelos teóricos com o uso de um método baseado na observação científica da realidade, a fim de refutar de uma vez por todas o rótulo de pensamento utópico atribuído aos liberais pelos realistas. O objetivo principal dos funcionalistas é estudar o funcionamento das organizações internacionais, que segundo a ótica dessa corrente desse pensamento, pode reforçar as possibilidades de cooperação internacional. Nesse sentido, os funcionalistas buscam analisar como a criação de agências especializadas no tratamento de questões específicas das relações entre Estados pode conduzir, gradualmente, ao aprofundamento da cooperação.

A preocupação central dessa abordagem reside na análise da função que a organização desempenha. Assim, sob a perspectiva funcionalista, a paz na ordem internacional deve ser obtida gradualmente por meio da formação de redes de organismos internacionais, que cada vez mais assumiriam funções que os governos nacionais não poderiam desempenhar sozinhos. Pela lógica das redes de organismos internacionais, o Estado Nacional não é mais considerado a unidade política única ou central da ordem internacional, apta a desempenhar um papel político relevante. Tais redes fortalecem a ideia de cooperação na comunidade internacional, reconhecendo diferentes organizações internacionais na arena institucional como capazes de atuação política relevante. A soberania estatal é relativizada para atender aos fins da cooperação internacional. Então, sempre que a soberania puder ser compartilhada para desempenhar melhor uma função, esse compartilhamento deve ser realizado (Nogueira, 2005).

Um dos exemplos de cooperação internacionais paradigmáticos é o da Comunidade Econômica Européia. As estratégias de cooperação e integração foram fundamentais para o desenvolvimento do modelo comunitário europeu. Essas estratégias de cooperação e integração são formuladas para gerarem mais eficiência técnica e mais racionalidade, na promoção do crescimento econômico e na distribuição de benefícios sociais, permitindo até que estados rivais sejam transformados, gradualmente, em estados membros de uma comunidade, por intermédio de

uma cooperação técnica. Nesse sentido, a perspectiva funcionalista atribui um papel de destaque político às comunidades técnicas dos organismos internacionais.

Pela narrativa funcionalista, organizações internacionais bem estruturadas criam condições para a generalização do aprendizado institucional acerca das vantagens de soluções técnicas nas diferentes áreas da vida social. Assim, o aprendizado técnico das instituições internacionais tende a ser replicado para servir de modelo para vários Estados e regiões, ao invés de restringir-se ao âmbito nacional de um Estado em particular. Na literatura funcionalista, quando os processos racionais de organização das políticas públicas são gradualmente ampliados em âmbito internacional, dado seu sucesso, ocorre um efeito de transbordamento ou *spill-over effect* (Nogueira, 2005).

O *spill-over effect* ou o efeito de transbordamento confere um peso decisivo aos elementos da eficiência funcional e da governança institucional e um peso menor aos elementos políticos tradicionais de políticas públicas radicados no Estado nacional. Desse modo, a visão de mundo dos funcionalistas estabelece uma separação do campo da política, como veículo dos interesses dos estados de um lado e, de outro lado, do campo da técnica, como veículo para a progressiva institucionalização das relações internacionais (Nogueira, 2005).

A procura pelo isolamento do potencial de conflito presente nas políticas estatais nacionais frente aos demais estados, já reconhecido pelos próprios realistas e a busca do potencial construtivo presente nas políticas institucionais dos órgãos internacionais, estimularam as críticas a essa corrente liberal por um suposto otimismo com o cenário mundial, ainda contaminado com diversos conflitos e por uma concepção ingênua da relação entre política e técnica.

Nessas críticas, a perspectiva funcionalista falha ao não observar que qualquer avanço ou recuo em processos de integração entre Estados e a própria decisão inicial pela integração ou pela forma de integração são decisões eminentemente políticas, ainda que baseadas em argumentos técnicos. Tais deficiências da formulação funcionalista ocasionaram reconsiderações dessa visão de mundo que procuraram incorporar em seus novos modelos a dimensão política ausente no funcionalismo e o resgate de uma dimensão normativa já presente na tradição do pensamento liberal, esse esforço adaptativo ficou conhecido como neofuncionalismo. É importante salientar que na visão neofuncionalista de mundo, também observa-se uma tendência de declínio do Estado-nação (Haas, 1964).

2.2. A interdependência nas relações internacionais

Com a intensificação dos movimentos de descolonização ocorridos na década de 1960 nos países periféricos, e uma maior articulação desses países nos fóruns das Nações Unidas para reivindicar uma Nova Ordem Econômica Internacional, e o nascimento de instituições verdadeiramente independentes dos centros de poder, tais como a OPEP, o cenário político internacional indicava para mudanças nas relações internacionais e nas suas relações de poder.

Deu-se uma maior reflexão sobre as relações entre o centro de poder e a periferia e a agenda liberal reinseriu no debate as questões sobre o crescimento da interdependência nas relações internacionais, retomando uma discussão já presente no debate do início do século XX (Angell). Nesse primeiro debate, o grau de interdependência das economias européias seria uma garantia contra a eclosão de guerras no continente. Na década de 1970, o debate sobre a interdependência centrava-se na tese de que os processos transnacionais estavam alterando o caráter do sistema internacional. Pela tese da interdependência, cada vez mais os problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados pelo Estados eram causados por decisões ou fatos ocorridos em outros centros de decisão ou países, sobre os quais os países afetados não tinham controle (Keohane e Nye, 1977). Nesse novo debate sobre a interdependência, identificavam-se novos atores não estatais desempenhando papéis às vezes mais relevantes que os papéis dos próprios Estados (Keohane e Nye 1971), pelo que os modelos analíticos liberais deveriam incluir esses novos atores e suas novas relações com os Estados. A interdependência é facilmente observável nas relações econômicas internacionais, mas o campo de atuação dessa tese pode ser atribuído a todas aquelas situações nas quais seja possível observar *efeitos recíprocos* entre países ou entre atores em diferentes países. Nesse sentido, a interdependência não é um fenômeno neutro, seus efeitos podem ser positivos ou negativos, pode ser uma fonte de conflito ou um recurso de poder. O grau de interação alcançado pela ordem econômica internacional e a própria complexidade das relações econômicas tornam o aprofundamento da interdependência inevitável. Assim, dado esse diagnóstico de inevitabilidade da interdependência, os Estados devem buscar mecanismos para lidar com os efeitos negativos da interdependência.

Devido a abertura analítica dessa vertente teórica, é possível afirmar que essa releitura do fenômeno da interdependência pelos liberais representa um esforço teórico importante na direção de uma possível complementação da tradição realista de pensamento das relações

internacionais, quanto a compreensão das relações de poder entre centros hegemônicos e a periferia. O modelo de interdependência seria mais adequado para tratar dos novos temas da agenda internacional do que o modelo realista. Numa ordem mundial sob o paradigma da interdependência complexa, é difícil que Estados democratas julguem e persigam políticas exteriores estritamente racionais e realistas, dado que o cenário é composto de outros atores relevantes além dos Estados, não existe uma hierarquia clara dos assuntos ou da agenda e o uso da força não é efetivo em todos os casos.

O próprio conceito realista de *interesse nacional* perde sua capacidade explicativa numa arena em que interesses de diferentes grupos sociais disputam a agenda política. Na dinâmica de múltiplos interesses em disputa pela agenda política internacional de um Estado nacional é preciso utilizar um instrumento analítico que permita identificar quais os interesses são defendidos em cada contexto específico e quais as vulnerabilidades e sensibilidades envolvidas nas escolhas políticas feitas.

O debate da interdependência contribui para a explicação de uma sociedade internacional mais complexa e para o entendimento das formas de exercício do poder no âmbito dessa sociedade complexa. Assim, na visão dos teóricos da interdependência, as organizações refletem as escolhas políticas feitas pelos próprios Estados. Então, a função das organizações consiste na resolução dos problemas que os formuladores de política externa estatais identificam como dependentes da cooperação de outros Estados e não mais na simples substituição ou supressão da presença do Estado na fixação dos temas da agenda internacional em favor dos técnicos das organizações internacionais, como defendido pelos teóricos funcionalistas. Em outras palavras, as organizações internacionais são influenciadas pela agenda política dos Estados nacionais e devem atuar para reduzir os custos da interdependência e para criar condições de cooperação. Nesse sentido, tanto os funcionalistas quanto os teóricos da interdependência são tributários do projeto político liberal de universalização de princípios e regras gerais, no âmbito do sistema internacional.

Entretanto, ainda segundo a perspectiva dos teóricos da interdependência, o aumento das interdependências e das interconexões das relações internacionais não é garantia *per se* de um mundo mais cooperativo. A interdependência pode ser uma fonte de conflitos e efetivamente esse tem sido o caso. Assim, uma nova questão se coloca no debate dos liberais: como administrar os conflitos gerados pela interdependência de modo a permitir que os Estados

usufruam os benefícios de um sistema internacional mais integrado? Essa questão motivou o debate teórico das relações internacionais ao longo da década de 1980 (Nogueira, 2005).

3. A onda neoliberal nas relações internacionais

Se o predomínio do realismo marginalizou a contribuição dos liberais durante as primeiras décadas do pós-guerra, na última década do século XX, com o fim da guerra fria houve uma difusão da agenda liberal, do centro do sistema internacional para a sua periferia, com destaque para os países da América Latina. O debate liberal nas relações internacionais recuperou o seu vigor e contou com novas contribuições teóricas.

No correr das décadas de 1970 e 1980 houve uma redefinição do padrão histórico de intervenção do Estado tanto nas economias capitalistas avançadas quanto nos países em desenvolvimento, que se acelerou nos países latino-americanos na década de 1990, em grande medida relacionada a crise no *welfare state*, e gerou uma nova agenda liberal no mundo (B.C. de Melo e Costa, 1995).

De fato, a defesa do livre comércio assumiu, no contexto da globalização, um *status* de regra fundamental ou mesmo de pensamento único nas relações econômicas internacionais, ainda que tenha sido objeto de críticas por Estados em desenvolvimento ou periféricos e por organizações da sociedade civil (Nogueira, 2005).

A visão neoliberal que prevaleceu a partir da década de 1990, fortaleceu a crença que o ordenamento do sistema internacional relaciona-se diretamente com o fortalecimento das instituições, com o crescimento do comércio internacional e com a difusão de valores reconhecidamente liberais. Nesse sentido, a nova agenda liberal ou a agenda neoliberal valorizou a ideia de governança global, as políticas liberalizantes dos Estados nacionais e a internacionalização das economias nacionais.

O novo receituário liberal atribui as instituições internacionais e as políticas liberalizantes e de internacionalização das economias nacionais a capacidade de corrigir distorções e falhas de mercado que seriam as responsáveis pela falta ou deficiência de cooperação no sistema internacional.

Esse diagnóstico neoliberal também sofreu críticas e passou por adaptações, dado que nos últimos vinte anos o debate das relações internacionais observou que as barreiras à cooperação não decorrem unicamente de imperfeições de mercado. E como contrafactual ao

próprio diagnóstico neoliberal, algumas nações que cumpriram o receituário do Consenso de Washington apresentaram menos crescimento econômico do que aquelas nações que não seguiram essa cartilha (Hausman e Rodrik, 2003).

Ao final de um ciclo de intenso crescimento econômico mundial na primeira década de 2000, uma forte crise no sistema econômico das economias capitalistas centrais, ou seja, no centro de poder das relações internacionais mais uma vez abalou a certeza dos neoliberais nas suas teorias e provocou intensos questionamentos sobre o futuro do projeto neoliberal nas relações internacionais.

No caso brasileiro, a partir dos questionamentos dos resultados concretos do receituário liberal, já no segundo governo Cardoso, cunhou-se o conceito de globalização assimétrica (Vigevani e Cepaluni, 2007), para definir um modelo de inserção internacional fortemente influenciado pelo fenômeno da interdependência, com seus efeitos positivos e negativos. Nesse sentido, é sugestivo que o próprio Presidente Cardoso tenha se referido a necessidade de uma “globalização solidária”, em contraposição à atual “globalização assimétrica”, talvez reconhecendo a necessidade de re-interpretação do projeto político-liberal de construção de uma ordem internacional (Cardoso, 2001).

Em que pesem os revezes sofridos no século passado e no final da primeira década deste século, a corrente liberal, com sua concepção de institucionalização da sociedade internacional como requisito para seu ordenamento e pacificação retomou seu lugar no debate e continua a exercer grande influência no debate acadêmico e nos programas de pesquisa e pode ser considerada como uma das correntes dominantes no campo das relações internacionais.

4. Conclusão

Em que pesem o fato de democracias liberais nunca terem declarado guerra entre si, as duas guerras mundiais e as recorrentes crises financeiras do capitalismo em todo o globo representaram duros golpes ao pensamento liberal aplicado às relações internacionais, dado que o projeto político da paz pelo comércio internacional simplesmente não se realizou. A incapacidade da explicação dos conflitos mundiais do século XX pela ótica liberal obrigou um maior esforço analítico e teórico dessa corrente de pensamento, para a compreensão das relações internacionais e determinou mudanças no projeto político da agenda liberal.

Se o predomínio do realismo marginalizou a contribuição dos liberais durante as primeiras décadas do pós-guerra, na última década do século XX, com o fim da guerra fria houve uma expansão da agenda liberal, do centro do sistema internacional para a sua periferia, com destaque para os países da América Latina. O debate liberal nas relações internacionais recuperou o seu vigor e contou com novas contribuições teóricas.

O diagnóstico neoliberal também sofreu críticas e passou por adaptações, dado que nos últimos vinte anos o debate das relações internacionais observou que as barreiras à cooperação não decorrem unicamente de imperfeições de mercado. E como contrafactual ao próprio diagnóstico neoliberal, algumas nações que cumpriram o receituário do Consenso de Washington apresentaram menos crescimento econômico do que aquelas nações que não seguiram essa cartilha. Ao final de um ciclo de intenso crescimento econômico mundial na primeira década de 2000, uma forte crise no sistema econômico das economias capitalistas centrais, ou seja, no centro de poder das relações internacionais mais uma vez abalou a certeza dos neoliberais nas suas teorias e provocou intensos questionamentos sobre o futuro do projeto neoliberal nas relações internacionais. Ainda assim, os questionamentos sobre o projeto neoliberal nas relações internacionais não indicam que o pensamento liberal tenha sido abandonado, mas indicam que ele está novamente posto a prova e deverá ser aperfeiçoado, a partir das observações empíricas, continuando a desempenhar papel central no estudo e na condução das relações internacionais.

5. Referências

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: UNB, (s.d.)

B.C. DE MELO, Marcos André; COSTA, Nilson Rosário. **A Difusão das Reformas Neoliberais: Análise Estratégica, Atores e Agendas Internacionais**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 17, nº1, jan/jun95.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso proferido na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas**. 2001.

DAHL, Robert. **Análise Política Moderna**. 2 ed. Brasília: UNB, 1988.

GROTIUS, Hugo. **O Direito da Guerra e da Paz**. vol. 1 e 2. Itajaí: Unijuí, 2004.

HAAS, E. Beyond the Nation-State: **Functionalism and International Organization**. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HAUSMANN, Ricardo. RODRIK, Dani. **Economic Development as Self-Discovery**. 2003.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2010.
B.C. DE MELO Marcos André; COSTA, Nilson Rosário

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: UNB, 1981.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1997.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Editora Universal de Brasília, 2003. p. XI-XXXV; 03-45; 321-338.

NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates / João Pontes Nogueira e Nizar Messari**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

KEOHANE, R.O.; Nye, J. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown and Company, 1977;

_____; **Transnational Relations and World Politics**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1971.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Edições 70. Lisboa. Portugal, (s.d.)

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

VIGEVANI, Tulio e CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: A estratégia da Autonomia pela Diversificação**. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, julho/dezembro 2007.